

O pequeno vermelho

Reinhard Naumann

MARÇO DE 2017

- Como o governo minoritário de Portugal conseguiu a estabilidade com pragmatismo.

Governos social-democratas viraram uma raridade na Europa e a tradicional hegemonia dos grandes partidos populares também já era em diversos países europeus. Em muitos casos, alianças inéditas são a única saída para conseguir compor o governo. Nesta conjuntura global complicada, os partidos social-democratas trilham rumos novos para recuperar a sua liderança política.

Um exemplo de esforços bem-sucedidos neste sentido é o governo social-democrata minoritário em Portugal que assumiu o poder em 2015. Como as situações de partida são distintas, certamente não se trata de um modelo para países como a Alemanha, mas seu surgimento totalmente inesperado e sua atuação exitosa até a presente data servem para ilustrar como a centro-esquerda pode re-

conquistar não apenas a iniciativa política, mas também grupos de eleitores que foram perdidos ao longo do caminho.

Nas eleições de 2015, todos esperavam uma derrota avassaladora dos partidos da coalizão governista conservadora liberal, cuja popularidade estava em queda livre após o programa de austeridade, chamado de "programa de ajustamento econômico e financeiro" (PAEF), executado entre 2011 e 2014 e que causou muito sofrimento. Até meados de 2015, o Partido Socialista (PS) ainda liderava as pesquisas, chegando a estar 38 % na frente da coalizão no poder, porém poucas semanas antes das eleições, a situação mudou por completo. Em pouco tempo, o PS perdeu seis pontos percentuais, enquanto a aliança eleitoral dos conservado-



res ganhou quase quatro pontos percentuais. Por conseguinte, o resultado das eleições legislativas realizadas no dia 04 de outubro de 2015 desembocou em uma grande decepção para os socialistas, pois com seus 32,3 % ficaram bem atrás da aliança eleitoral liberal-conservadora, que aoesar de ter perdido sua maioria absoluta, continuou sendo a bancada mais forte com 38,6 %.

Em retrospectiva, podemos constatar que a principal causa desta mudança de atitude pouco antes das eleições foi a falta de perspectiva de poder dos socialistas. Uma maioria absoluta era inviável, uma coalizão com a direita era recusada categoricamente pelo PS e os potenciais parceiros da esquerda (comunistas e o Bloco da Esquerda) não deixaram transparecer a mínima intenção de que estariam dispostos a ajudar a formar um governo minoritário socialista, quando expressaram críticas extremamente duras ao PS. Nas quatro décadas de democracia parlamentar, nunca existiu tal coalizão, embora tivesse sido possível várias vezes matematicamente. Mesmo contando com grande simpatia na população, o principal candidato do PS, António Costa, não tinha uma estratégia para reconquistar o poder diante deste pano de fundo.

Grande surpresa após as eleições: a esquerda radical tomou coragem

Contrário a todas as expectativas, os comunistas ortodoxos do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE) declararam publicamente, logo após as eleições, a sua vontade de negociar com os socialistas sobre as condições para apoiar a formação de um governo de minoria do PS. O secretário geral do PS, António Costa, aceitou a proposta e depois de cinco semanas celebraram um acordo separado com o Bloco de Esquerda e o PCP. Assim, depois de décadas, o Bloco

de Esquerda finalmente abandona (pelo menos por hora) sua reticência de participar de alianças.

A seguir, os acontecimentos se precipitaram. A aliança formada por PS e esquerda radical derrubou o presidente conservador e nomeou um governo de coalizão, composto pelo Partido Social Democrata (PSD), de cunho liberal conservador, e o partido popular português, o Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP), confirmando na sequência o governo de minoria do PS. Este implementou de forma consistente as medidas acordadas entre socialistas, Bloco de Esquerda e PCP nas áreas social, trabalho, educação, economia e política social. Em contrapartida, o PS conseguiu aprovar os orçamentos para 2016 e 2017 no parlamento com o apoio da esquerda. O objetivo declarado da coalizão de esquerda é o restabelecimento e reforço do estado social bem como a retomada da economia, sendo que as numerosas e profundas diferenças de opinião dos envolvidos ficaram de fora do acordo.

Com esta cooperação, descortinam-se perspectivas totalmente inéditas para o PS no futuro. No passado, os socialistas só tinham fechado alianças governamentais com a direita (grande coalizão de 1983 a 1985 e tolerância do governo de minoria do PS pelo PSD de 1995 a 1999). A partir de agora, pode-se pensar inclusive em coalizões com a esquerda. Desta forma, o PS – e poderíamos inclusive dizer “até que enfim” assume sua função de articulador no sistema partidário português, a qual poderia ter tido desde sempre devido ao seu posicionamento político. Por um lado, a posição do partido melhorou muito após a formação do governo, por outro, a responsabilidade de governo é unicamente sua. Porém, tudo é respaldado por acordos e os partidos representados no parlamento têm total inte-



resse na sua execução. Em resumo, a esquerda radical forjou publicamente uma aliança com o PS, da qual só poderá sair, pagando um elevado preço político e a aliança dos partidos de direita – PDS e CDS - acabou por se desfazer.

Devido à sua aproximação do PS e participação na formação do governo, o Bloco de Esquerda e o PCP deixaram as margens e migraram para o centro dos acontecimentos políticos. Apesar das expectativas dos partidos da esquerda radical darem início a um processo de “transformação por aproximação” nos próximos anos serem apenas parcialmente justificadas ou apenas com ressalvas, é razoável achar que uma boa parte do eleitorado e uma parcela das lideranças do Bloco de Esquerda saudaria um aprofundamento da cooperação com o PS (inclusive uma participação no governo).

Todo o cenário político em Portugal está em movimento após a mudança de posição da esquerda. Não se trata, porém, de um tremor que abala o sistema partidário existente, tal como aconteceu na Grécia com o Syriza e na Espanha com o Podemos. Na realidade é apenas uma abertura gradual para novas opções de alianças no espectro da esquerda e considerando as configurações existentes desde os anos 1990.

Motivos para o sucesso

A razão crucial para o êxito da aliança parlamentar inusitada foi a disposição da esquerda radical de esquecer, por hora, as profundas divergências de opinião com os socialistas e abraçarem juntos o projeto de reformas políticas, sociais e econômicas. Esta ruptura da esquerda com sua tradicional recusa de assumir qualquer responsabilidade governamental foi a pré-condição essencial para o novo modelo. O PCP e o Bloco de Esquerda de-

ram este passo histórico, até porque a sua base eleitoral dificilmente lhes ter perdoado, se tivessem deixado a direita continuar a governar o país. Por outro lado, também tinham razões concretas para esperar uma postura coerente do PS, cujo secretário geral, António Costa, possui muitos anos de experiência em forjar alianças. Durante o primeiro governo minoritário de António Guterres (1995 a 1999), foi ele o responsável por arranjar as maiorias no parlamento e quem possibilitou uma aliança ampla da esquerda em 2007, quando era prefeito de Lisboa.

António Costa e seu partido igualmente tinham um interesse concreto de agarrar esta oportunidade de assumir o governo com a ajuda da esquerda. Uma coalizão com uma aliança eleitoral conservadora, portanto PSD e CDS-PP, teria sido extremamente problemática, no melhor dos casos. Além disso, tendo em vista o seu resultado fraco nas eleições, o PS seria, no máximo, chamado a participar como parceiro júnior de uma grande coalizão. Com tal decisão, os socialistas teriam, a posteriori, assumido a responsabilidade pela política do governo conservador de 2011 a 2015, o que teria abalado profundamente a credibilidade do partido. Portanto, a única saída era uma aliança com a esquerda, portanto um modelo que o chefe do PS praticou com grande sucesso, quando era prefeito de Lisboa. Com António Costa, o PS conseguiu elevar seu número de votos de 30 % na capital em 2007 para 40 % em 2009 e finalmente chegou a 50 % em 2013.

Até agora, a cooperação mostrou-se útil para todos os envolvidos. A esquerda como um todo provou sua capacidade de atuação com medidas políticas, econômicas e sociais e, segundo as sondagens, consolidaram a sua maioria (agora contam com 55 %). Isto se deve principalmente à forte recuperação do



PS, que poderia contar atualmente com cerca de 40 % dos votos nas próximas eleições. Olhando meramente do ponto de vista matemático, uma coalizão com o Bloco de Esquerda e sem o PCP ortodoxo já teria a maioria.

Na comparação europeia estes desenvolvimentos são extremamente positivos e se tornaram possíveis, por um lado, porque a esquerda radical abriu mão dos temas, em que não há consenso possível e, por outro, porque os socialistas aproveitaram esta chance de forma sistemática, apesar disto ter gerado vários conflitos entre seus filiados.

O exemplo português mostra bem o tamanho do dilema: de um lado, a falta de perspectiva de poder (Com quem podemos fechar uma aliança estável?) pode acabar afetando e mudando um sentimento geral inicialmente positivo – o desejo por mudança, simpatia para com o candidato social-democrata, quando a data das eleições finalmente se aproxima. Por sua vez, o candidato António Costa nem teria tido interesse em entrar em negociações com a esquerda antes das eleições. Ainda mais negociações das quais se sabia de antemão que seriam difíceis, e cujo desenrolar não teria ficado entre quatro paredes, mas muito provavelmente ainda teriam reforçado a impressão de que uma aliança com a esquerda é impossível. A conclusão teria sido manter obstinadamente a linha adotada e expressa com as seguintes palavras por António Costa “Queremos ser a força mais forte!” e aproveitar o desejo por mudança e simpatia para com o candidato e jamais se vincular a declarações de coalizão.

A experiência portuguesa de 2015 ensina várias lições: primeiro que esta abordagem envolve riscos, como por exemplo, a perda de votos para a direita pouco antes das eleições; segundo, que é possível uma cooperação de-

pois das eleições apesar das discussões duras travadas com a esquerda antes das mesmas, quando esta aceita um projeto de reformas e abdica de suas posições mais radicais.

Este artigo foi publicado pela *Internationale Politik und Gesellschaft* (IPG), ipg-journal.de, em 16/02/2017.



Autor

Reinhard Naumann é representante da Friedrich-Ebert-Stiftung em Portugal. Além disso, ele atua como consultor e pesquisador autônomo, entre outros, para o Observatório Europeu da Vida Profissional (EurWORK) e o Observatório Europeu das Políticas de Emprego (EEPO) nas áreas “política ocupacional” e “relações industriais”.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-000-8



9 788595 650008